CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO VII

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, NOMEAÇÃO DE BANCO ADMINISTRADOR E OUTRAS AVENÇAS

BRASÍLIA - DF

DEZEMBRO/2023

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, NOMEAÇÃO DE BANCO ADMINISTRADOR E OUTRAS AVENÇAS

CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. – CEB IPES, sociedade por ações, com sede na SGAN Quadra 601, bloco H, Asa Norte, Salas SEMI Enterrado: 004SE à 0019SE, Térreo: 010TE à 021 TE, 2º Pavimento e Cobertura: 2010 a 2023, Edifício ION Escritórios Eficientes, Brasília, Distrito Federal, CEP 70830-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.683.726/0001-01, neste ato representada por [•], na qualidade de Diretor-Geral, e [•] na qualidade de Diretor Administrativo e de Finanças, doravante denominada "Concessionária" ou "CEB IPES";

DISTRITO FEDERAL, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.249.310/0001-56, neste ato representada por [•], na qualidade de Secretário de Estado, e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.249.310/0001-56, neste ato representada por [•], na qualidade de Secretário de Estado, doravante denominado "Distrito Federal"; e

BANCO [•], instituição autorizada a funcionar no Brasil pelo Banco Central do Brasil, com sede na [•], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representada por [•], doravante denominada "Banco Administrador";

CONSIDERANDO:

(i) Que a CEB IPES é a atual concessionária dos serviços de iluminação pública no Distrito Federal, conforme previsto na Lei distrital nº 7.275, de 5 de julho de 2023 e no Decreto nº 45.033, de 04 de outubro de 2023, ou outra legislação que vier substituí-los, bem como no Contrato de Concessão dos Serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal celebrado em [•] entre a Concessionária e o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD, cujo objeto é a prestação dos Serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal, pela Concessionária ("Contrato de Concessão");

(ii) O Contrato de Concessão, em sua Cláusula 16, prevê a constituição de mecanismo de pagamento para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento das

obrigações pecuniárias assumidas pelo Distrito Federal no Contrato de Concessão, compreendendo (a) o pagamento das Contraprestações Mensais Efetivas devidas pelo Distrito Federal à Concessionária pela prestação dos Serviços de Iluminação Pública, objeto do Contrato de Concessão; e (b) a constituição e a manutenção do Saldo Mínimo na Conta Garantia, para assegurar o pagamento das Contraprestações Mensais Efetivas devidas pelo Distrito Federal à Concessionária, conforme previsto no Contrato de Concessão;

(iii) A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública ("CIP") foi instituída no Distrito Federal com a finalidade de custear os Serviços de Iluminação Pública do Distrito Federal;

(iv) A Lei distrital nº 7.275, de 5 de julho de 2023 e o Decreto nº 45.033, de 04 de outubro de 2023 autorizam a vinculação da CIP ao Contrato de Concessão;

(v) O Poder Concedente, por meio de sua Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEFAZ ou de outro ente do Distrito Federal, que atue com competência delegada, nos termos do art. 2º do Decreto distrital nº 45.033, de 4 de outubro de 2023, deverá propor termo aditivo ao convênio mantido entre o Distrito Federal e a Distribuidora, para assegurar que esta última direcione os valores arrecadados com a CIP para a Conta Centralizadora, durante o prazo de vigência do Contrato de Concessão;

(vi) Que as Partes desejam estabelecer os mecanismos de pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva à Concessionária, de constituição e manutenção do Saldo Mínimo na Conta Garantia, com receitas originalmente provindas da arrecadação da CIP pela Distribuidora e do consumo das faturas de energia elétrica devidas pelo Distrito Federal à Distribuidora;

(vii) O Distrito Federal já providenciou a abertura, junto ao Banco Administrador, da Conta Centralizadora, conforme definidas neste instrumento; e

(viii) A Concessionária já providenciou a abertura, junto ao Banco Administrador, da Conta da Concessionária e da Conta Garantia, conforme definidas neste instrumento;

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente **CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, NOMEAÇÃO DE BANCO ADMINISTRADOR E OUTRAS AVENÇAS** ("Contrato"), o qual será regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. No presente Contrato, os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

"Banco Administrador": significa a instituição financeira nomeada pelas Partes, responsável por manter e gerenciar a Conta Centralizadora, a Conta da Concessionária, e a Conta Garantia, e que será responsável pela transferência de recursos relativos ao cumprimento das obrigações pecuniárias do Distrito Federal perante a Concessionária e a Distribuidora, de acordo com o especificado neste Contrato, ou seu sucessor a qualquer título;

"CEB IPES": significa a CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. – CEB IPES, qualificada no preâmbulo deste Contrato;

"CIP": significa a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituída pela Lei Complementar distrital nº 673/2002, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 23.499/2002 e paga pelos Usuários;

"Concessão": significa a concessão para a prestação dos Serviços de Iluminação Pública, nos termos do Contrato de Concessão, de seus anexos e da Legislação Aplicável;

"Concessionária": significa a CEB IPES, conforme previsto no Contrato de Concessão;

"Conta Centralizadora": significa a conta corrente de titularidade do Distrito Federal, aberta junto ao Banco Administrador, na Agência nº 0046, Conta Corrente nº 046.002171-0, com movimentação exclusiva pelo Banco Administrador, na qual é centralizada a integralidade da receita oriunda da CIP arrecadada pela Distribuidora em decorrência da prestação dos Serviços de Iluminação Pública do Distrito Federal, nos termos previstos no Contrato de Concessão;

"Conta da Concessionária": significa a conta corrente de titularidade e livre movimentação da Concessionária, junto ao Banco de Brasília – BRB, na Agência nº 0046, Conta Corrente nº 046.002170-2, para a qual será transferido, mensalmente, pelo Banco Administrador, o valor correspondente ao pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva, bem como outras obrigações pecuniárias porventura devidas pelo Distrito Federal à Concessionária, nos termos previstos no Contrato de Concessão, observado o quanto disposto na Subcláusula 2.7 deste Contrato;

"Conta Garantia": significa a conta corrente de titularidade da Concessionária, aberta junto ao Banco Administrador, na Agência nº 0046, Conta Corrente 046.002169-9, da qual consta o valor inicial do Saldo Mínimo, no montante de R$ [•], depositado pelo Distrito Federal em cumprimento de sua obrigação prevista na Subcláusula 17.2 do Contrato de Concessão, e para a qual serão transferidos valores destinados a compor e a manter o Saldo Mínimo de garantia do pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva devida pelo Distrito Federal à Concessionária, cuja finalidade é assegurar o adimplemento das obrigações pecuniárias do Distrito Federal junto à Concessionária, nos termos do Contrato de Concessão, observado o quanto disposto na Subcláusula 2.7 deste Contrato;

"Contraprestação Mensal Efetiva": significa a remuneração mensal a ser efetivamente paga pelo Distrito Federal à Concessionária em decorrência da prestação dos Serviços de Iluminação Pública, incluindo os investimentos, as obras e as atividades que lhes forem concernentes, calculada conforme especificado no Contrato de Concessão;

"Contraprestação Mensal Máxima": significa o valor máximo da Contraprestação Mensal Efetiva que poderá ser pago pelo Distrito Federal à Concessionária em decorrência da prestação dos Serviços de Iluminação Pública, sobre o qual será aplicada a fórmula prevista no Anexo III (Remuneração da Concessionária) do Contrato de Concessão;

"Contrato": significa o presente Contrato de Administração de Contas, Nomeação de Banco Administrador e Outras Avenças, firmado entre a Concessionária, o Distrito Federal e o Banco Administrador;

"Contrato de Concessão": significa o Contrato de Concessão dos Serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal e seus respectivos anexos, celebrado em [•] entre a Concessionária e o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e

Infraestrutura do Distrito Federal – SODF e da Secretaria Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD, cujo objeto é a prestação dos Serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal, pela Concessionária, incluídos a implantação, a instalação, a recuperação a modernização, o melhoramento, a eficientização, a expansão, a operação e a manutenção da Rede Distrital de Iluminação Pública do Distrito Federal, bem como a operação do Centro de Controle Operacional;

"Distribuidora": significa a Neoenergia Distribuição Brasília S.A., empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, por força de contrato de concessão celebrado com a União, por meio da ANEEL, e/ou fornecedor de energia elétrica para a Rede Distrital de Iluminação Pública do Distrito Federal;

"Distrito Federal": significa o ente federado, que atuará por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF e da Secretaria Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD;

"Indicadores de Desempenho": significa os indicadores utilizados para avaliar a qualidade dos Serviços de Iluminação Pública prestados pela Concessionária no âmbito do Contrato de Concessão, e que impactam no valor da Contraprestação Mensal Efetiva a ser pago pelo Distrito Federal à Concessionária;

"Investimentos Permitidos": significa quaisquer investimentos dos recursos constantes da Conta Centralizadora e da Conta Garantia em títulos do Tesouro Nacional ou em fundos de investimento por eles lastreados, distribuídos e administrados pelo Banco Administrador, conforme a Cláusula Sexta deste Contrato;

"Legislação Aplicável": significa qualquer disposição constitucional, lei, estatuto, regra, regulamento, portaria, tratado, ordem, decreto, diretriz, norma ou exigência legal em geral, vigente ou a viger no âmbito territorial da República Federativa do Brasil ou de qualquer de suas Unidades Federativas, especialmente as referentes a quaisquer parâmetros ou especificações técnicas aplicáveis, que sejam aplicáveis ao Contrato, às Partes e/ou aos Serviços, incluindo, mas não se limitando à Lei federal nº 13.303/2016 ("Estatuto Jurídico das Empresas Estatais"), à Lei distrital nº 7.275, de 5 de julho de 2023, à Lei Complementar distrital nº 673/2002, ao Decreto Distrital nº 23.499/2002 e ao Decreto nº 45.033, de 04 de outubro de 2023, ou outra legislação que vier substituí-los;

"LGPD": significa a Lei federal nº 13.709/2018;

"Obrigações de Pagamento": significa as obrigações pecuniárias assumidas pelo Distrito Federal em decorrência do Contrato de Concessão, cujas características estão descritas na Subcláusula 2.3 deste Contrato;

"Partes": significa a Concessionária, o Distrito Federal e o Banco Administrador, Partes contratantes do presente Contrato;

"Prazo de Vigência": significa o prazo em que o presente Contrato permanecerá vigente, conforme previsto na Subcláusula 12.1 deste Contrato;

"Rede Distrital de Iluminação Pública": significa o conjunto de ativos que compõem a infraestrutura de iluminação pública do Distrito Federal, incluindo todos os pontos de iluminação pública, quadros de comando, subestações, transformadores, braços de iluminação pública e demais equipamentos de iluminação pública, conforme descritos no Contrato de Concessão;

"Relatório de Desempenho da Concessionária": significa o relatório a ser elaborado trimestralmente pelo Verificador Independente, no qual será demonstrado o desempenho da Concessionária com relação aos Serviços de Iluminação Pública prestados no trimestre de referência, para fins de pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva, considerando os Indicadores de Desempenho estabelecidos no Contrato de Concessão;

"Saldo Mínimo": significa o montante a ser depositado pelo Distrito Federal na Conta Garantia, equivalente a 3 (três) vezes o valor da Contraprestação Mensal Máxima, que deverá ser mantido durante todo o prazo da Concessão, nos termos do Contrato de Concessão e deste Contrato;

"Serviços de Iluminação Pública": significa os serviços que serão prestados pela Concessionária ao Distrito Federal no âmbito do Contrato de Concessão, incluídos a implantação, a instalação, a recuperação a modernização, o melhoramento, a eficientização, a expansão, a operação e a manutenção da Rede Distrital de Iluminação Pública do Distrito Federal, bem como a operação do Centro de Controle Operacional, que têm como objetivo iluminar vias públicas e bens públicos destinados ao uso comum do povo, de forma periódica, contínua ou eventual, incluindo a iluminação de destaque,

não incluindo aqueles que tenham por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade ou fins meramente ornamentais festivos, ou a realização de atividades que visem a interesses econômicos, iluminação das vias internas de condomínios e o atendimento a semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito;

"Usuários": significa a pessoa, física ou jurídica, que se beneficia da Rede Distrital de Iluminação Pública e que paga a CIP na qualidade de contribuinte;

"Verificador Independente": significa a entidade privada independente, contratada pela Concessionária, com competências técnicas especializadas para avaliar o cumprimento das obrigações referentes aos Serviços de Iluminação Pública pela Concessionária, elaborar o Relatório de Desempenho da Concessionária e indicar ao Banco Administrador eventuais alterações efetuadas nos valores da Contraprestação Mensal Efetiva e demais atividades que lhe forem atribuídas, de acordo com as regras previstas neste Contrato e no Contrato de Concessão.

1.2. A não ser que o contexto exija de outra forma:

(i) Os termos definidos utilizados no singular incluem o plural, e vice-versa. Os termos definidos utilizados no masculino incluem o gênero feminino, e vice-versa;

(ii) Qualquer referência, neste Contrato, a qualquer pessoa inclui seus sucessores e cessionários permitidos e, no caso de qualquer autoridade governamental, qualquer pessoa que a suceda nas suas funções e competências;

(iii) Qualquer referência, neste Contrato, a qualquer Seção, Cláusula, parágrafo, item ou anexo diz respeito à Seção, Cláusula, parágrafo, item ou ao anexo pertinente a este Contrato, salvo se de outra forma aqui previsto;

(iv) Qualquer referência ao momento específico para o cumprimento de uma obrigação diz respeito àquele momento no local de cumprimento de tal obrigação;

(v) Qualquer referência a um documento ou acordo, incluindo este Contrato, inclui a referência àquele documento ou acordo, conforme aditado de tempos em tempos por escrito pelas Partes;

(vi) Os termos "inclui", "incluem" e "incluindo" serão sempre interpretados como sendo seguidos pelas palavras "sem limitações" ou "mas não limitado a";

(vii) As referências a quaisquer anexos serão interpretadas e significarão referências a tais anexos conforme porventura revisados; e

(viii) O índice e os títulos das Cláusulas são somente para fins exclusivos de conveniência e não deverão afetar a interpretação deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Este Contrato estabelece o conjunto de regras, procedimentos, direitos e obrigações destinados a implementar a utilização da CIP para a constituição do sistema de pagamento a ser administrado pelo Banco Administrador, cuja finalidade é assegurar o integral, pontual e fiel adimplemento das obrigações pecuniárias contraídas pelo Distrito Federal no Contrato de Concessão.

2.2. Para o cumprimento de tal finalidade, o presente Contrato tem por objeto:

(i) Nomear o [•] como Banco Administrador e regular os termos e condições segundo os quais ele irá atuar, na qualidade de mandatário do Distrito Federal e da Concessionária, responsabilizando-se pela movimentação da Conta Centralizadora e da Conta Garantia, abertas respectivamente pelo Distrito Federal e pela Concessionária, para viabilizar o pagamento das obrigações pecuniárias do Distrito Federal no âmbito do Contrato de Concessão;

(ii) Operacionalizar o pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva, à constituição e manutenção do Saldo Mínimo na Conta Garantia, pagamento das faturas de consumo de energia e ao cumprimento das demais obrigações pecuniárias contraídas pelo Distrito Federal no Contrato de Concessão; e

(iii) Estabelecer as regras de movimentação da Conta Centralizadora e da Conta Garantia, pelo Banco Administrador, bem como as obrigações e prerrogativas de cada uma das Partes no que tange ao sistema de pagamento aqui previsto.

2.3. As obrigações pecuniárias assumidas pelo Distrito Federal junto à Concessionária, em decorrência do Contrato de Concessão, e junto à Distribuidora, em decorrência do Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, terão seu cumprimento assegurado pelo sistema de pagamento previsto no presente Contrato e apresentam as seguintes características nesta prioridade ("Obrigações de Pagamento"):

(i) Contraprestação Mensal Efetiva: valor mensal a ser pago à Concessionária, em contrapartida à execução dos Serviços de Iluminação Pública, conforme descrito no Contrato de Concessão;

(ii) Créditos Adicionais: valor a ser pago à Concessionária, porventura em contrapartida à aquisição de créditos para execução de outros serviços, cuja fonte de recursos deverá ser indicada no momento de sua aquisição;

(iii) Saldo Mínimo: valor a ser mantido na Conta Garantia para garantia do pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva, conforme descrito no Contrato de Concessão;

(iv) Outras obrigações pecuniárias porventura devidas pelo Distrito Federal à Concessionária, de qualquer natureza, nos termos previstos neste Contrato e no Contrato de Concessão; e

(v) Fatura de consumo de energia: valor a ser pago à Distribuidora relativo ao fornecimento de energia elétrica para a Rede Distrital de Iluminação Pública.

2.4. A CIP ficará vinculada ao cumprimento das Obrigações de Pagamento, conforme as regras previstas neste Contrato e no Contrato de Concessão.

2.5. A Concessionária, no exercício de competência delegada, nos termos do art. 2º do Decreto distrital nº 45.033, de 04 de outubro de 2023 e conforme Cláusula 9ª do Contrato de Concessão dos Serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal, acompanhará junto ao órgão competente do Distrito Federal a proposição à Distribuidora de celebração de termo aditivo ao convênio mantido entre a Distribuidora e o Distrito Federal, para modificar a indicação da conta bancária nos quais são depositados os valores da CIP mensalmente arrecadados, a qual passará a ser a Conta Centralizadora.

2.6. A partir da autorização da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SEPLAD, os valores da CIP mensalmente arrecadados nas faturas de consumo de energia elétrica dos Usuários do Distrito Federal serão integralmente depositados pela Distribuidora na Conta Centralizadora.

2.7. A remuneração da CONCESSIONÁRIA, prevista na Cláusula 16.1. e 16.2. do Contrato de Concessão, a título de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA, está limitada ao montante dos recursos arrecadados da Contribuição de Iluminação Pública - CIP.

2.8. Toda a parcela da CIP vinculada ao custeio dos serviços de iluminação pública será atrelada exclusivamente às finalidades a que se refere a Subcláusula 2.3, sendo vedada, portanto, sua utilização para quaisquer outras finalidades, observadas as disposições deste Contrato. Os valores desvinculados da CIP a título de Desvinculação das Receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – DREM serão recompostos em sua totalidade, de forma mensal, pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD, com destinação à Conta Centralizadora, de modo a custear a remuneração pela prestação dos serviços de iluminação pública e as despesas com o consumo de energia elétrica, tal como previsto no art. 6º da Lei nº 7.275, de 05 de julho de 2023 e no art. 2º, § 3º, do Decreto distrital nº 45.033, de 04 de outubro de 2023.

2.9. O Banco Administrador executará as Obrigações de Pagamento observado o procedimento abaixo, nessa ordem:

(i) Uma vez realizado todo o procedimento para verificação do atendimento aos Indicadores de Desempenho, para o cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva e para a emissão do Relatório de Desempenho da Concessionária pelo Verificador Independente, nos termos do Contrato de Concessão, o Verificador Independente enviará ao Poder Concedente para, em até 05 (cinco) dias do recebimento, validar o Relatório de Desempenho e informar à Concessionária o valor para emissão das faturas/notas fiscais correspondentes aos Serviços de Iluminação Pública, indicando o valor da Contraprestação Mensal Efetiva a ser pago à Concessionária;

(ii) A Concessionária enviará mensalmente ao Banco Administrador, com cópia ao Poder Concedente, em até 2 (dois) dias após o recebimento da validação do Relatório de Desempenho pelo Poder Concedente, as faturas/notas fiscais correspondentes aos Serviços de Iluminação Pública;

(iii) Em até 5 (cinco) dias contados do recebimento das respectivas faturas/notas fiscais dos Serviços de Iluminação Pública, do Relatório de Desempenho da Concessionária e do parecer emitido pelo Verificador Independente, o Banco Administrador transferirá, da Conta Centralizadora para a Conta da Concessionária, o montante correspondente ao valor da Contraprestação Mensal Efetiva indicado na respectiva fatura/nota fiscal;

(iv) Após o pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva, conforme indicado nos itens (i) e (iii) acima, na hipótese de a Conta Garantia não conter o valor correspondente ao Saldo Mínimo, o Banco Administrador deverá transferir, da Conta Centralizadora para a Conta Garantia, o montante necessário a recompor integralmente o Saldo Mínimo;

(v) Após o pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva e da recomposição do saldo mínimo da Conta Garantia, o Banco Administrador deverá pagar as faturas emitidas pela Distribuidora relativas ao consumo de energia elétrica da Rede Distrital de Iluminação Pública;

(vi) Caso tenha sido adquirido crédito adicional, deverá o Banco Administrador transferir para a Conta da Concessionária, os valores correspondentes a essa aquisição;

(vii) Após a realização do procedimento previsto nos itens acima, o eventual valor remanescente existente na Conta Centralizadora deverá ser aplicado automaticamente, conforme estabelecido na Cláusula Sexta;

(viii) Em eventual não validação pelo Poder Concedente no prazo previsto no item (i), a Concessionária fica autorizada a emitir as faturas/nota fiscais correspondentes aos Serviços de Iluminação Pública para envio ao Banco Administrador e eventual ajuste será realizado no mês subsequente.

2.10. Caso a Conta Centralizadora não disponha de recursos suficientes para o pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva, a Concessionária poderá acionar a Conta Garantia.

2.11. Sempre que forem utilizados os recursos existentes na Conta Garantia e os valores remanescentes da Conta Centralizadora destinados à Conta Garantia, nos termos da Subcláusula 2.8 iii., forem insuficientes para alcançar o Saldo Mínimo previsto para tal conta, o Distrito Federal deverá repô-lo mediante o uso de outros recursos, em até 15 (quinze) dias a contar da notificação do Banco Administrador, que a emitirá até o 2º (segundo) dia útil após a constatação de insuficiência de recursos acima referida, de forma do saldo sempre corresponder a 3 (três) vezes o valor atualizado da Contraprestação Mensal Máxima, nos termos definidos neste Contrato.

2.12. No caso de atraso no pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva devida à Concessionária e insuficiência de saldo da conta garantia, o Distrito Federal deverá arcar com juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, devendo o saldo devedor – principal e encargos moratórios – ser corrigido monetariamente, *pro rata die*, nos mesmos moldes do reajuste da Contraprestação Mensal Efetiva previsto no Contrato de Concessão, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva.

2.13. Nenhum pagamento isentará a Concessionária das obrigações previstas neste Contrato e no Contrato de Concessão, nem implicará a aprovação definitiva dos Serviços de Iluminação Pública por ela executados.

2.14. Os recursos que transitarem na Conta Centralizadora, bem como aqueles referentes ao Saldo Mínimo depositado na Conta Garantia, não poderão ser movimentados ou utilizados para qualquer outra finalidade, tampouco serem dados em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do Distrito Federal e/ou da Concessionária, independentemente de sua natureza, salvo nas hipóteses de investimento em Investimentos Permitidos, nos termos previstos na Cláusula Sexta.

2.15. O Distrito Federal, por meio de sua Secretaria da Fazenda ou de outro ente distrital que atue com competência delegada, nos termos do art. 2º do Decreto distrital nº 45.033, de 04 de outubro de 2023, deverá assegurar que a Distribuidora ou qualquer agente que eventualmente a substitua na atividade de arrecadação da CIP direcione o valor total da arrecadação mensal da CIP vinculada ao custeio dos Serviços de Iluminação Pública para a Conta Centralizadora, durante todo o prazo de vigência do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA NOMEAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

3.1. A Concessionária, exclusivamente no que se refere à gestão e à movimentação da Conta Garantia, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nomeia e constitui o [•] como Banco Administrador, outorgando-lhe suficientes poderes para, na qualidade de mandatário, gerenciar a Conta Garantia, de acordo com os termos e condições estipulados neste Contrato.

3.1.1. O Banco Administrador, neste ato, aceita a sua nomeação como procurador da Concessionária, com os poderes definidos neste Contrato, para atuar como depositário e mandatário, nos termos dos Artigos 627 e 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, respectivamente, dos valores referentes ao Saldo Mínimo, depositados na Conta Garantia, que serão mantidos sob a sua custódia e liberados para a Concessionária, nos termos previstos neste Contrato e no Contrato de Concessão, conforme aplicável.

3.2. O Distrito Federal, exclusivamente no que se refere à gestão e à movimentação da Contra Centralizadora, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nomeia e constitui o [•] como Banco Administrador, outorgando-lhe suficientes poderes para, na qualidade de mandatário, gerenciar a Conta Centralizadora, de acordo com os termos e condições estipulados neste Contrato.

3.2.1. O Banco Administrador, neste ato, aceita a sua nomeação como procurador do Distrito Federal, com os poderes definidos neste Contrato, para atuar como depositário e mandatário, nos termos dos Artigos 627 e 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, respectivamente, dos valores que forem depositados e/ou transitarem na Conta Centralizadora, que serão mantidos sob a sua custódia e liberados para a Concessionária e para a Distribuidora, nos termos previstos neste Contrato e no Contrato de Concessão, conforme aplicável.

3.3. No cumprimento de suas nomeações acima, o Banco Administrador se obriga a cumprir todos os termos e condições previstos neste Contrato e na Legislação Aplicável, empregando, na execução dos mandatos ora outorgados, a mesma diligência que empregaria na gerência de seus próprios negócios.

3.4. Exceto nos casos expressamente previstos neste Contrato, os deveres e responsabilidades do Banco Administrador estarão limitados aos termos deste Contrato e à Legislação Aplicável.

3.5. Em decorrência do quanto acima exposto, o Banco Administrador fica, neste ato, investido, de maneira irrevogável e irretratável, de poderes de representação conferidos pela Concessionária e pelo Distrito Federal para, nos termos do Artigo 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, agir como mandatário e praticar todo e qualquer ato necessário para o cumprimento das Obrigações de Pagamento no âmbito do Contrato de Concessão, nos termos deste Contrato e do Contrato de Concessão, conforme aplicável.

3.6. Em função dos mandatos ora conferidos, o Banco Administrador terá poderes para realizar todos os atos materiais necessários ao pagamento das obrigações pecuniárias contraídas pelo Distrito Federal em decorrência do Contrato de Concessão, notadamente o pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva, bem como a constituição e manutenção do Saldo Mínimo na Conta Garantia e em decorrência do Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, notadamente o pagamento das faturas emitidas pela Distribuidora relativas ao consumo de energia elétrica da Rede Distrital de Iluminação Pública .

3.7. O Banco Administrador deverá seguir as instruções que estejam em conformidade com as disposições expressas no Contrato de Concessão e neste Contrato, não lhe podendo ser exigida a prática de qualquer ato que implique o adiantamento de recursos próprios.

3.8. O Banco Administrador deverá disponibilizar chaves de acesso e senhas (i) à Concessionária, para consulta aos extratos da Conta Centralizadora; e (ii) ao Distrito Federal, para consulta aos extratos da Conta Garantia.

3.9. Os mandatos ora conferidos ao Banco Administrador constituem condição essencial do negócio e são irrevogáveis e irretratáveis durante o período compreendido entre a sua outorga e o término do Contrato de Concessão ou até o integral cumprimento e liquidação de todas as Obrigações de Pagamento aqui previstas, na vigência deste Contrato.

3.10. O Distrito Federal e a Concessionária somente poderão revogar os mandatos outorgados por meio do presente Contrato, ou alterar seu alcance e seus termos, mediante

a prévia e expressa anuência da Concessionária e do Distrito Federal, nas respectivas hipóteses.

CLÁUSULA QUARTA – DA ABERTURA DE CONTAS, FORMAÇÃO DO SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA E FLUXO DE PAGAMENTOS

4.1. O Distrito Federal manterá a Conta Centralizadora aberta junto ao Banco Administrador, de titularidade do próprio Distrito Federal, com movimentação restrita pelo Banco Administrador e dedicada especificamente a adimplir as Obrigações de Pagamento.

4.2. A Concessionária manterá a Conta Garantia aberta junto ao Banco Administrador, de titularidade da própria Concessionária, com movimentação restrita pelo Banco Administrador e destinada à constituição e à manutenção do Saldo Mínimo que garantirá, nos termos aqui previstos, o pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva devida à Concessionária pelo Distrito Federal e outras obrigações pecuniárias porventura devidas pelo Distrito Federal à Concessionária, de qualquer natureza, nos termos previstos neste Contrato e no Contrato de Concessão.

4.3. Caberá ao Verificador Independente informar ao Banco Administrador eventuais alterações efetuadas nos valores da Contraprestação Mensal Efetiva, a exemplo daquelas relativas a:

(i) Incidência de correção monetária e reajustes, nos termos previstos no Contrato de Concessão; e

(ii) Eventuais ajustes decorrentes de processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

4.4. Na ausência de comunicação pelo Verificador Independente, caberá à Concessionária informar ao Banco Administrador as alterações de valor de que trata a Cláusula 4.3 acima, observado o disposto no Contrato de Concessão.

4.5. Caberá à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF encaminhar à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal

– SEPLAD o atesto das faturas relativas ao consumo de energia elétrica devidas pelo Distrito Federal à Distribuidora, que autorizará o Banco Administrador a efetuar a transferência do montante devido.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS

5.1. O Distrito Federal e a Concessionária, neste ato, conferem ao Banco Administrador, em caráter irrevogável e irretratável, plenos poderes para administrar a Conta Centralizadora e a Conta Garantia, bem como para efetuar o pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva à Concessionária, a constituição e a manutenção do Saldo Mínimo na Conta Garantia, o pagamento das faturas relativas ao consumo de energia elétrica da Rede Distrital de Iluminação Pública à Distribuidora, estritamente em consonância com as regras e condições estabelecidas neste Contrato e no Contrato de Concessão, conforme aplicável.

5.2. Em razão dos poderes ora conferidos, a Conta Centralizadora e a Conta Garantia serão movimentadas nas hipóteses e nos casos previstos neste Contrato, sem que sejam necessárias quaisquer autorizações ou aprovações adicionais das Partes, além daquelas expressamente aqui previstas.

5.3. As Partes concordam que nenhuma outra finalidade poderá ser dada pelo Banco Administrador aos valores direcionados à Conta Centralizadora e à Conta Garantia que não aquelas previstas neste Contrato, independentemente de qualquer notificação em sentido contrário recebida pelo Banco Administrador de qualquer das Partes ou de terceiros, salvo quando decorrente de ordem judicial.

5.4. O Distrito Federal e a Concessionária neste ato nomeiam o Banco Administrador como fiel depositário dos valores depositados e que transitarem, conforme o caso, pela Conta Centralizadora e pela Conta Garantia, bem como das aplicações financeiras e dos ganhos delas decorrentes, nos termos da Cláusula Sexta abaixo. O Banco Administrador, por este Contrato, expressamente aceita a sua nomeação e encargo como fiel depositário, e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos.

5.5. A Conta Centralizadora e a Conta Garantia não poderão ser movimentadas pelo Distrito Federal e pela Concessionária em nenhuma hipótese.

5.6. Caberá ao Banco Administrador a administração da Conta Centralizadora, na forma deste Contrato, com vistas a atingir todas as finalidades das Obrigações de Pagamento e demais obrigações aqui previstas, notadamente:

(i) O pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva à Concessionária pelo Distrito Federal;

(ii) A manutenção do Saldo Mínimo na Conta Garantia;

(iii) O pagamento das faturas emitidas pela Distribuidora relativas ao consumo de energia elétrica da Rede Distrital de Iluminação Pública;

(iv) A preservação do valor das receitas destinadas ao sistema de garantias, por meio de seu investimento, na forma prevista no presente Contrato;

(v) O pagamento de crédito adicional porventura adquirido; e

(vi) O eventual valor remanescente será automaticamente aplicado, conforme estabelecido na Cláusula Sexta;

5.7. Enquanto não utilizados para os pagamentos previstos neste Contrato, os recursos depositados na Conta Centralizadora e na Conta Garantia deverão ser aplicados automaticamente pelo Banco Administrador, desde já autorizado pelo Distrito Federal e pela Concessionária, em Investimentos Permitidos, conforme definidos na Cláusula Sexta abaixo, com liquidez diária e baixo risco, conforme legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DOS INVESTIMENTOS PERMITIDOS

6.1. São considerados "Investimentos Permitidos" na Conta Centralizadora e na Conta Garantia quaisquer investimentos realizados em títulos do Tesouro Nacional, em fundos de investimento por eles lastreados, ou em Certificados de Depósito Bancário (CDB), distribuídos e administrados pelo Banco Administrador no momento da aplicação, de

forma automática, com observância do previsto nas Cláusulas seguintes e em contrato a ser celebrado com o agente fiduciário.

6.2. Os recursos depositados na Conta Centralizadora e na Conta Garantia somente poderão ser aplicados em Investimentos Permitidos de acordo com valores, prazos ou datas de resgate que permitam o pagamento das Obrigações de Pagamento ou as transferências previstas neste Contrato nas datas e nos valores aqui previstos.

6.3. Para que o Banco Administrador possa realizar os investimentos dos recursos depositados no mesmo dia do recebimento dos recursos, conforme indicado na Cláusula 6.1 acima, estes deverão estar creditados com pelo menos 2 (duas) horas de antecedência do horário limite estabelecido pelo Banco Administrador para realização dos referidos investimentos. Os recursos creditados no Banco Administrador em desacordo com o horário aqui estipulado somente serão processados no dia útil imediatamente posterior.

6.4. Os rendimentos oriundos de Investimentos Permitidos efetuados nos termos desta Cláusula serão direcionados à Conta Centralizadora ou à Conta Garantia, conforme o caso. A liberação de tais valores estará sujeita aos termos e condições estabelecidos neste Contrato.

6.5. O pagamento de quaisquer comissões ou despesas decorrentes dos Investimentos Permitidos acima serão de responsabilidade do Distrito Federal e da Concessionária, conforme se apliquem aos recursos da Conta Centralizadora ou da Conta Garantia.

6.6. O Distrito Federal e a Concessionária assumem inteira responsabilidade pela liquidação ou resgate dos investimentos ora referidos e efetuados pelo Banco Administrador em cumprimento às instruções que lhe foram enviadas.

6.7. O Banco Administrador, exceto se proceder com má-fé, dolo, fraude ou culpa, devidamente comprovados por sentença judicial transitada em julgado, não será responsável por quaisquer prejuízos, multas ou perdas decorrentes de Investimentos Permitidos com os valores disponíveis na Conta Centralizadora e na Conta Garantia, inclusive em qualquer hipótese de resgate de Investimentos Permitidos antes dos seus respectivos prazos de vencimento, não estando o Banco Administrador obrigado a fazer qualquer avaliação de risco dos investimentos. O Banco Administrador não prestará serviços de assessoria e/ou consultoria de investimentos.

6.8. Deverão o Distrito Federal e a Concessionária arcarem com todos os tributos, tarifas e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre quaisquer rendimentos ou ganhos produzidos por quaisquer Investimentos Permitidos conforme se apliquem, respectivamente, aos valores depositados na Conta Centralizadora e na Conta Garantia, utilizando-se, para tal, dos recursos depositados nas referidas contas, bem como fornecer ao Banco Administrador todos e quaisquer documentos e informações necessários ou que, de forma razoável, venham a ser solicitados pelo Banco Administrador, para o pagamento dos referidos tributos, tarifas ou encargos.

6.9. O Banco Administrador fica obrigado a apresentar mensalmente, até o segundo dia útil do mês subsequente ao mês em que ocorrerem os Investimentos Permitidos, ao Distrito Federal e à Concessionária, um relatório dos rendimentos decorrentes dos Investimentos Permitidos realizados, bem como extrato da movimentação das contas a eles vinculadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBSTITUIÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR

7.1. Na hipótese de eventual substituição futura do Banco Administrador em razão de norma superveniente nesse sentido, deverão ser transferidos para a nova instituição financeira depositária todos os valores objeto deste Contrato mantidos em custódia, respeitadas as regras definidas no Contrato de Concessão.,

7.1.1. Na hipótese prevista na Subcláusula 7.1 acima, o novo banco administrador responsável pelas obrigações previstas neste Contrato deverá ser incluído neste Contrato como parte, devendo aderir integralmente aos mecanismos de operacionalização de contas e repasse de valores, nos mesmos termos e condições aqui previstos.

CLÁUSULA OITAVA – DOS EVENTUAIS BLOQUEIOS JUDICIAIS

8.1. O Banco Administrador deverá comunicar à Concessionária e ao Distrito Federal, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o recebimento de qualquer ordem de bloqueio judicial, arresto ou penhora dos valores referentes à CIP por ele recebida, tenham tais valores sido depositados ou não na Conta Centralizadora ou na Conta Garantia, bem

como dos valores efetivamente depositados na Conta Centralizadora ou na Conta Garantia. Da comunicação prevista nesta Cláusula deverão constar as seguintes informações: (i) valor do bloqueio judicial; (ii) dados do processo que deu origem ao bloqueio judicial (número, vara, comarca, identificação das partes, etc.); (iii) data de efetivação do bloqueio judicial; (iv) termos do despacho judicial determinando a realização do bloqueio judicial; e (v) informação acerca da data de publicação do despacho determinando a realização do bloqueio judicial no respectivo Diário Oficial.

8.2. Na hipótese prevista na Cláusula 8.1 acima, competirá ao Distrito Federal e à Concessionária, conforme o bloqueio judicial se refira à dívida de uma delas, adotar, imediatamente e às suas expensas, todas as medidas administrativas e/ou judiciais necessárias para o levantamento de eventual bloqueio, arresto ou penhora sobre os valores referentes à CIP, tenham eles sido depositados ou não na Conta Centralizadora ou na Conta Garantia, bem como sobre os valores efetivamente depositados na Conta Centralizadora ou na Conta Garantia.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL

9.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e no Contrato de Concessão, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, o Distrito Federal obriga-se a:

(i) Até o integral cumprimento das Obrigações de Pagamento, manter a vinculação da CIP ao Contrato de Concessão e, consequentemente, às Obrigações de Pagamento, sem qualquer restrição ou condição;

(ii) Não praticar ou tentar praticar qualquer ato que importe violação, repúdio, anulação ou revogação da vinculação da CIP, nos termos indicados no item (i) acima;

(iii) Não ceder, vincular, transferir, emprestar, locar, instituir usufruto ou fideicomisso, ou por qualquer forma voluntariamente desfazer-se da CIP e dos valores referentes ao adimplemento das Obrigações de Pagamento, nem sobre eles constituir qualquer ônus, gravame ou direito real de garantia ou dispor, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, sem prévia e expressa anuência por escrito da Concessionária;

(iv) Não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que possa restringir os direitos ou a capacidade do Banco Administrador de efetuar repasses ou de outra forma dispor da CIP e dos valores depositados na Conta Centralizadora e na Conta Garantia;

(v) Comunicar o Banco Administrador e a Concessionária, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do momento em que tenha tomado conhecimento, qualquer ato ou fato que possa depreciar ou ameaçar a segurança, liquidez e certeza das Obrigações de Pagamento, incluindo a vinculação da CIP ao adimplemento de tais obrigações;

(vi) Defender-se, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, ter efeito adverso sobre a vinculação objeto deste Contrato, ou ainda sobre a CIP ou sobre os valores depositados na Conta Centralizadora e na Conta Garantia ou sobre este Contrato, de forma a ameaçar o integral e pontual cumprimento das Obrigações de Pagamento;

(vii) Não praticar qualquer ato que possa, de qualquer forma, afetar a eficácia da vinculação objeto deste Contrato;

(viii) Não alterar, encerrar ou onerar, sem a prévia e expressa anuência da Concessionária, a Conta Centralizadora, ou permitir que seja alterada qualquer cláusula ou condição do respectivo contrato de abertura de conta corrente, nem praticar qualquer ato que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração das referidas contas ou dos recursos nelas depositados;

(ix) Não sacar ou transferir nenhuma quantia depositada na Conta Centralizadora em desconformidade com o estabelecido neste Contrato; e

(x) Realizar todos os registros, autorizações e anotações que vierem a ser exigidos pela Legislação Aplicável, a fim de operacionalizar o quanto previsto neste Contrato, ou para permitir que a Concessionária possa exercer integralmente todos os direitos que lhes são aqui assegurados.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO ADMINISTRADOR

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato, o Banco Administrador obriga-se a:

(i) Informar à Concessionária, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após tomar conhecimento de qualquer descumprimento por parte do Distrito Federal de suas obrigações estabelecidas neste Contrato;

(ii) Não opor ao Distrito Federal, à Concessionária ou a terceiros a eventual revogação, nulidade ou anulação do Contrato de Concessão para justificar o descumprimento dos repasses dos valores depositados na Conta Centralizadora e na Conta Garantia, nos termos deste Contrato;

(iii) Entregar à Concessionária e ao Distrito Federal, via e-mail, os extratos mensais relativos à Conta Centralizadora e à Conta Garantia, para conferência, até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao fechamento do mês;

(iv) Prestar contas por meio de extratos enviados à Concessionária e ao Distrito Federal (a) sempre que assim solicitado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados de tal solicitação, ou prazo superior que seja necessário, dependendo da natureza das informações a serem prestadas, que, no entanto, não poderá exceder a 30 (trinta) dias; e (b) após a sua substituição, caso venha a ocorrer nos termos da Cláusula Sétima; ficando ajustado que, caso uma decisão judicial venha a determinar a referida prestação de contas ou informações, deverão tais informações ser prestadas dentro do prazo legal consignado;

(v) Cumprir com as instruções enviadas pelo Verificador Independente nos casos expressamente previstos neste Contrato;

(vi) Caso seja substituído, permanecer no exercício de suas funções até a sub-rogação e/ou aditamento, neste Contrato, relativo à assunção de outra instituição financeira mandatária e depositária, conforme indicada pelas Partes;

(vii) Comunicar a Concessionária e ao Distrito Federal, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do momento em que tenha tomado conhecimento, qualquer ato ou fato que

possa depreciar ou ameaçar a segurança, liquidez e certeza dos valores constantes da Conta Centralizadora e da Conta Garantia;

(viii) Não praticar qualquer ato que possa, de qualquer forma, afetar a Conta Centralizadora e a Conta Garantia, as transferências de recursos ou a capacidade de cumprir as obrigações previstas neste Contrato;

(ix) Prestar ou enviar a qualquer uma das Partes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todas as informações e documentos associados à gestão da Conta Centralizadora e da Conta Garantia;

(x) Enviar, a qualquer das Partes, sempre que solicitado, relatório consolidado informando a movimentação detalhada da Conta Centralizadora e da Conta Garantia; e

(xi) Zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato.

CLÁUSULA ONZE – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. O Distrito Federal declara e garante que:

(i) Este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e eficaz, exigível de acordo com os seus respectivos termos;

(ii) Está autorizado a vincular as receitas provenientes da cobrança da CIP, bem como a cumprir as disposições deste Contrato;

(iii) A celebração e a execução deste Contrato não violam qualquer acordo a que esteja vinculado, ou leis e regulamentos a que se submete;

(iv) Os signatários deste Contrato têm poderes para celebrá-lo;

(v) Não existe qualquer impedimento legal relacionado à vinculação das receitas provenientes da cobrança da CIP em favor do cumprimento das obrigações deste Contrato; e

(vi) As receitas vinculadas provenientes da cobrança da CIP estão, a partir da assinatura do presente Contrato, isentas de quaisquer ônus, e assim permanecerão nos

termos do presente Contrato e do Contrato de Concessão, até o final do prazo de vigência da Concessão.

11.2. A Concessionária e o Banco Administrador declaram e garantem que:

(i) Encontram-se autorizados, nos termos de seus documentos societários/constitutivos, da Legislação Aplicável e pelas autoridades governamentais competentes, quando for o caso, a cumprir e executar todas as disposições contidas neste Contrato, e que nenhuma outra autorização, consentimento ou aprovação, notificação ou registro é exigido ou deve ser obtido ou feito para a devida celebração, entrega, protocolo, registro ou cumprimento deste Contrato ou de qualquer operação aqui contemplada; e

(ii) A celebração e o cumprimento do presente Contrato não violam qualquer dispositivo de seus documentos societários/constitutivos, qualquer obrigação por eles anteriormente assumida ou quaisquer leis e regulamentos a que se encontrem sujeitos.

11.3. No caso de as Partes firmarem aditamento a este Contrato, as declarações e garantias aqui prestadas deverão também ser prestadas com relação ao aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de assinatura do respectivo aditamento.

11.4. As Partes celebrarão todos e quaisquer documentos e instrumentos adicionais que venham a ser exigidos de tempos em tempos para permitir o integral cumprimento das Obrigações de Pagamento.

11.5. Adicionalmente, o Distrito Federal defenderá, às suas próprias expensas, todos os direitos e interesses da Concessionária com relação às receitas da CIP vinculadas às Obrigações de Pagamento, contra eventuais reivindicações e demandas de quaisquer terceiros.

11.6. Sem prejuízo do disposto anteriormente, o Distrito Federal declara, desde já, que consente com a intervenção da Concessionária, na qualidade de litisconsorte, sempre que esta julgar necessário, nas ações judiciais ou procedimentos extrajudiciais que vierem a ser deflagrados envolvendo qualquer discussão sobre o sistema de adimplemento das Obrigações de Pagamento.

CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA

12.1. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente até o encerramento do Contrato de Concessão ou até a liquidação total das Obrigações de Pagamento assumidas pelo Distrito Federal no âmbito do Contrato de Concessão, , o que ocorrer por último ("Prazo de Vigência").

12.1.1. Enquanto existente qualquer disputa que possa dar origem a uma Obrigação de Pagamento, o presente Contrato deverá permanecer em vigor.

12.2. Tão logo ocorra o encerramento do Contrato de Concessão, e, após a liquidação das Obrigações de Pagamento assumidas pelo Distrito Federal, o saldo remanescente eventualmente depositado na Conta Centralizadora e na Conta Garantia deverá ser transferido pelo Banco Administrador para a Conta do Distrito Federal.

12.2.1. Os valores existentes na Conta Centralizadora e na Conta Garantia, após sua liberação na Conta do Distrito Federal, na forma prevista na Cláusula 12.3, poderão ser objeto de garantia de projetos ou contratos do Distrito Federal destinados ao custeio do serviço de iluminação pública, observada a legislação que regula a CIP.

CLÁUSULA TREZE – DA REMUNERAÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR

13.1. Nenhuma tarifa será debitada da Conta Centralizadora e da Conta Garantia pelo Banco Administrador, sendo que somente serão debitados da Conta Centralizadora e da Conta Garantia os valores referentes ao pagamento das Obrigações de Pagamento, em nome do Distrito Federal, nos termos aqui previstos.

13.2. O valor a que o Banco Administrador faz jus pelo desempenho das atividades e pela manutenção e operação da Conta Centralizadora e da Conta Garantia será definido em contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre a Concessionária e o Banco Administrador.

13.3. O Banco Administrador emitirá Fatura de Prestação de Serviço e a encaminhará mensalmente em endereço eletrônico a ser definido entre as partes.

13.4. A remuneração acima estabelecida deverá ser reajustada anualmente de acordo com a variação do IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

13.5. No caso de atraso no pagamento da remuneração devida ao Banco Administrador em razão de ato da Concessionária, esta última deverá arcar com multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, devendo o saldo devedor – principal e encargos moratórios – ser corrigido monetariamente, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUATORZE – DA RENÚNCIA AO DIREITO DE RETENÇÃO OU COMPENSAÇÃO

14.1. A Conta Centralizadora e a Conta Garantia deverão ser utilizadas única e exclusivamente para o adimplemento das Obrigações de Pagamento aqui previstas, de modo que o Banco Administrador renuncia expressamente, neste ato, a qualquer direito à realização de retenção ou compensação de valores que eventualmente lhe sejam devidos pelo Distrito Federal ou pela Concessionária, com os recursos depositados nas referidas Conta Centralizadora e Conta Garantia.

CLÁUSULA QUINZE – DAS COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

15.1. Todas as notificações, consentimentos, solicitações e outras comunicações previstas neste Contrato somente serão consideradas válidas e eficazes se respeitarem a forma escrita e forem enviadas por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolo ou e-mail com comprovante de envio, redigidas em português, devendo ser enviada para as Partes no formato que se seguem, sendo que os responsáveis serão indicados oportunamente:

À Concessionária:
End.: [●]
CEP [●]
A/C [●]

Tel: [●]

E-mail: [●]

Ao Distrito Federal:

End.: [●]

CEP [●]

A/C [●]

Tel: [●]

E-mail: [●]

Ao Banco Administrador:

End.: [●]

CEP [●]

A/C [●]

Tel: [●]

E-mail: [●]

15.2. Qualquer aviso enviado da maneira acima descrita será considerado como recebido pela outra Parte (i) na data especificada no comprovante de recebimento devolvido ao remetente, (ii) na data de entrega se entregue em mãos, ou (iii) na data reconhecida pela outra Parte de qualquer outra maneira como data de recebimento.

15.3. A mudança de destinatário, de endereço ou de qualquer das informações acima indicados deve ser prontamente comunicada por escrito às outras Partes, conforme aqui previsto; se dita comunicação deixar de ser realizada, qualquer aviso ou comunicação entregue aos destinatários ou nos endereços acima indicados será considerado como tendo sido regularmente feito e recebido.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA CONFIDENCIALIDADE

16.1. Tendo em vista a preservação do interesse público na presente contratação, todas as informações relacionadas ao objeto deste Contrato deverão ser revestidas de transparência e publicidade, observando-se os limites estabelecidos na Legislação

Aplicável, salvo pelas seguintes informações, cujo sigilo e confidencialidade serão preservados pelas Partes:

(i) Segredo empresarial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pela Concessionária ou por pessoa física ou jurídica que tenha qualquer vínculo com o Poder Público, nos limites da Legislação Aplicável;

(ii) As informações relacionadas à atuação de mercado das Partes somente poderão ser divulgadas pelas Partes desde que não afetem sua competitividade, governança corporativa e, quando houver, os interesses de acionistas minoritários;

(iii) Informações das Partes revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial; e

(iv) Demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça.

CLÁUSULA DEZESSETE – DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

17.1. As Partes se obrigam, sob as penas previstas neste instrumento e na Legislação Aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis e atos normativos a que estão submetidas, nacionais ou internacionais, que disponham contra a prática de atos de corrupção e lavagem de dinheiro, incluindo, mas não se limitando à Lei federal nº 12.846/13 e ao Decreto distrital nº 37.296, de 29 de abril de 2016 (em conjunto "Leis Anticorrupção").

17.2. As Partes declaram e garantem por si, pelas empresas do seu grupo econômico, por seus representantes legais, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas e colaboradores em geral que, durante o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, não executarão qualquer atividade ou praticarão atos que constituam uma infração aos termos das Leis Anticorrupção, seja direta ou indiretamente.

17.3. As Partes declaram que, direta ou indiretamente, não ofereceram, prometeram, pagaram ou autorizaram o pagamento em dinheiro, deram ou concordaram em dar presentes ou qualquer coisa de valor ou que possa influenciar, direta ou indiretamente, a decisão de qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada e, durante a vigência deste

Contrato, não irão ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer coisa de valor ou que possa influenciar, direta ou indiretamente, a decisão de qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente as Partes e/ou seus negócios.

17.4. As Partes notificarão prontamente umas às outras, por escrito, a respeito de qualquer violação do disposto nas Leis Anticorrupção e, ainda, de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula, que tenha ocorrido por si, seus colaboradores ou terceiros por ela eventualmente contratados, se comprometendo a cessar a prática de tais atos tão logo deles tenha conhecimento.

CLÁUSULA DEZOITO – DO TERMO DE CONSENTIMENTO PARA FINS DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LEI Nº 13.709/18 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD)

18.1. As Partes declaram expressamente que conhecem e cumprirão todos os termos previstos na LGPD que lhes venham a ser aplicáveis, na medida em que, por força do presente Contrato, tiverem a obrigação legal ou contratual de tratar dados pessoais de qualquer uma delas e de terceiros e que, conforme necessário, obterão a autorização dos titulares de tais dados para seu tratamento e utilização, com a finalidade exclusiva de atender a todas as etapas de execução contratual decorrentes deste instrumento.

18.2. Conforme lhes seja aplicável, as Partes implementarão medidas de segurança substancialmente de acordo com os padrões aplicáveis na indústria, projetados para garantir a segurança, confidencialidade e integridade de dados pessoais e protegê-los contra divulgação ou acesso não autorizado, bem como de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, incluindo a implantação de medidas administrativas, técnicas e organizacionais apropriadas à cada categoria de dados pessoais cujo tratamento será realizado, tais como, criptografia e anonimização, quando apropriado

CLÁUSULA DEZENOVE – DA RESOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS E DA ARBITRAGEM

19.1 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

19.2 Fica acordado que toda e qualquer controvérsia e/ou disputa que venha a surgir, a qualquer tempo, entre os signatários deste Contrato, bem como seus sucessores a qualquer título, oriundo ou com relação ao presente Contrato (inclusive quaisquer disputa atinentes à sua existência, validade, eficácia, interpretação, entendimento, cumprimento, rescisão ou extinção) ("Controvérsia") as Partes envidarão seus melhores esforços para solucionar o referido conflito amigavelmente e negocialmente no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação que suscite a Controvérsia de uma parte a outra, podendo optar pela "Mediação", como melhor forma de solução de conflitos amigavelmente. Não sendo possível as Partes chegarem a um acordo no prazo supracitado, o conflito será solucionado por arbitragem, nos termos da Cláusula seguinte.

19.3 Não sendo resolvida a Controvérsia ou litígio nos termos da Cláusula acima, estes serão submetidos a procedimento arbitral em conformidade com esta Cláusula e submetido à arbitragem a ser conduzida perante a Câmara de Comércio Brasil-Canadá - CCBC ("Câmara Arbitral") e em conformidade com seu Regulamento de Arbitragem em vigor na data de instauração do procedimento arbitral ("Regulamento de Arbitragem"). O procedimento arbitral será realizado em Brasília, no Distrito Federal, e será conduzido no idioma português, observadas as disposições da Lei federal nº 9.307/96.

19.4 A arbitragem será conduzida por três árbitros ("Tribunal Arbitral"), sendo um nomeado pelo requerente e outro nomeado pelo requerido, na forma do Regulamento de Arbitragem. Se houver mais de um requerente e/ou mais de um requerido, os requerentes e/ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. Os dois árbitros assim indicados nomearão, de comum acordo, o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, na forma do Regulamento de Arbitragem. Caso qualquer dos três árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à Câmara Arbitral nomear todos os membros do Tribunal Arbitral, de acordo com o previsto no Regulamento de Arbitragem. Toda e qualquer controvérsia relativa à indicação dos

árbitros pelas Partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida pela Câmara Arbitral. As Partes, de comum acordo, afastam a aplicação de dispositivo do Regulamento de Arbitragem que limite a escolha do árbitro único, co-árbitro ou presidente do tribunal arbitral à lista de árbitros da Câmara Arbitral.

19.5 A sentença proferida pelo Tribunal Arbitral será definitiva, irrecorrível e vinculante às Partes (e a seus respectivos sucessores e cessionários), os quais ora expressamente renunciam ao direito a qualquer recurso relacionado à respectiva Controvérsia, na medida permitida pela Legislação Aplicável. A sentença proferida pelo Tribunal Arbitral será prolatada por escrito e declinará os fundamentos da decisão de acordo com este Contrato e as leis do Brasil. Os árbitros ficarão impedidos de decidir a Controvérsia com base em equidade ou isonomia.

19.6 O procedimento arbitral, incluindo sua existência e quaisquer documentos e informações nele divulgados ficarão sujeitos à obrigação de confidencialidade, nos termos do presente Acordo, incluindo, mas sem limitação, no caso de medida de emergência ou execução judicial da sentença arbitral. Qualquer Controvérsia que verse sobre a obrigação de confidencialidade, inclusive seu descumprimento e quaisquer perdas a ela correlatos, será decidido pelo Tribunal Arbitral em caráter definitivo.

19.7 A Câmara Arbitral (se antes da assinatura do Termo de Arbitragem) e o Tribunal Arbitral (se após a assinatura do Termo de Arbitragem) poderá(ão), mediante requerimento de uma das partes das arbitragens, consolidar procedimentos arbitrais simultâneos envolvendo quaisquer das signatárias deste Contrato, ainda que nem todas sejam parte de ambos os procedimentos, e este Contrato e/ou outros instrumentos relacionados, desde que: (a) as cláusulas compromissórias sejam compatíveis; e (b) não haja prejuízo injustificável a uma das partes das arbitragens consolidadas. Neste caso, a jurisdição para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído e sua decisão será vinculante a todas as partes das arbitragens consolidadas.

19.8 Nos termos deste capítulo, as Partes neste ato acordam que qualquer das matérias que se seguem poderão ser submetidas à apreciação do Poder Judiciário, sendo certo que a instauração de qualquer ação nos termos deste tópico por qualquer das Partes não implicará renúncia à cláusula compromissória aqui contida ou negação da jurisdição do Tribunal Arbitral:

(i) Matérias relacionadas à obtenção de medidas e tutela de emergência antes da constituição do Tribunal Arbitral;

(ii) A execução de medidas coercitivas visando assegurar a eficácia do procedimento arbitral;

(iii) A execução judicial de qualquer obrigação prevista neste Contrato que permita tal execução judicial;

(iv) A execução da sentença arbitral ou de qualquer decisão proferida pelo Tribunal Arbitral; e

(v) Qualquer outra medida judicial de apoio à arbitragem admitidas pela Lei federal nº 9.307/96.

19.9 Qualquer tutela de emergência concedida em juízo será prontamente notificada à Câmara Arbitral pela Parte que a tiver solicitado, conforme previsto na Lei federal nº 9.307/96. Uma vez constituído, caberá ao Tribunal Arbitral decidir em caráter definitivo o mérito de qualquer medida cautelar, podendo confirmar, revogar ou conceder as medidas ou tutela de emergência concedidas em juízo.

19.10 Os signatários deste Contrato neste ato elegem o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília, Distrito Federal, Brasil, para todos os fins deste Contrato, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. Para maior clareza, esta Cláusula não será interpretada como limitação das disposições previstas neste Capítulo ou como incompatível com a arbitragem como mecanismo de Controvérsias nos termos deste Contrato.

19.11 Cada uma das Partes arcará provisoriamente com seus próprios custos durante o procedimento arbitral e os dividirá em partes iguais entre elas quaisquer custos que não puderem ser atribuídos a uma determinada Parte. A sentença arbitral alocará para a parte sucumbente ou para ambas as partes, de acordo com a proporção em que seus pleitos individuais tenham sido negados, a responsabilidade final pelo reembolso de custos da arbitragem e outros que razoavelmente tenham incorrido com, entre outros, advogados (honorários contratuais), peritos e assistentes técnicos. As Partes expressamente excluem a possibilidade de fixação de honorários de sucumbência aos advogados.

CLÁUSULA VINTE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O presente Contrato contém o total entendimento e acordo entre as Partes quanto às obrigações assumidas nos termos do presente instrumento e substitui plenamente quaisquer outros que trate sobre o mesmo objeto.

20.2. Os signatários deste Contrato se comprometem, desde já, para todos os fins e efeitos legais, a assinar e celebrar todo e qualquer documento, acordo e instrumento, conforme necessário ao cumprimento e observância dos termos e condições deste Contrato e à implementação de suas obrigações aqui previstas.

20.3. Na hipótese de qualquer das disposições deste Contrato vir a ser declarada nula, inexequível, ineficaz ou ser anulada, em decorrência de decisão de Tribunal Arbitral ou decisão judicial ou administrativa, por qualquer motivo, os demais termos e condições do Contrato não serão afetados e continuarão vigorando entre as Partes, produzindo efeitos, inclusive em relação a terceiros. As Partes comprometem-se a negociar uma nova disposição em substituição à disposição nula, inexequível, ineficaz ou anulada, de modo que a nova disposição tenha o mesmo, ou o mais próximo possível, resultado econômico da disposição anterior.

20.4. A tolerância, por qualquer das Partes, a infração das cláusulas e disposições contidas neste Contrato, bem como a prática de quaisquer atos ou procedimentos não previstos de forma expressa, será considerada mera liberalidade, não configurando precedente ou novação contratual.

20.5. Este documento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil. Aplica-se a este Contrato o Código Civil naquilo em que este Contrato for omisso.

20.6. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável e obriga não somente as Partes, mas também seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

20.7. Nenhuma alteração ou aditivo ao presente Contrato será válido e eficaz exceto se assinado por todas as Partes do presente instrumento.

20.8. O presente Contrato obriga as Partes e quaisquer cessionários autorizados, os quais serão automaticamente sub-rogados em todos os direitos e obrigações resultantes do presente Contrato e expressamente concordarão com todos os seus termos e pelo referido documento obrigar-se-ão ao pleno cumprimento do mesmo.

20.9. Este Contrato não será considerado ou interpretado no sentido de autorizar qualquer Parte a agir como agente, representante ou empregado para qualquer outra Parte para qualquer propósito, exceto conforme explicitamente disposto no Contrato.

20.10. Os signatários declaram que o presente Contrato poderá ser assinado por meio eletrônico, sendo consideradas válidas as referidas assinaturas eletrônicas feitas por meio de plataformas digitais com reconhecimento, nos termos do Artigo 10, parágrafo 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Os signatários reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por meio eletrônico, para todos os fins de direito. Este Contrato produz efeitos para todas as Partes a partir da Data de Assinatura, ainda que um ou mais signatários realizem a assinatura em data posterior.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmas as Partes o presente Contrato de Administração de Contas, Nomeação de Banco Administrador e Outras Avenças, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produzam todos os efeitos legais aplicáveis, na presença das duas testemunhas abaixo qualificadas.

Brasília/DF, [●] de [●] de 2023.

_____

DIRETOR-GERAL
CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. – CEB IPES

_____

DIRETOR ADMINISTRATIVO E DE FINANÇAS
CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A. – CEB IPES

_____

SECRETÁRIO DE ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
DO DISTRITO FEDERAL – SODF

_____

SECRETÁRIO DE ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL – SEPLAD

_____

BANCO [●]

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:
CPF/ME:

2._____
Nome:
RG:
CPF/ME: